CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Acerca do serviço do profissional de apoio nas classes comuns de ensino regular, julgue os itens que se seguem.

51 Esse serviço destina-se aos estudantes que realizam as atividades de alimentação, higiene e locomoção, mas que precisam de ajuda nas atividades acadêmicas.

52 O custo decorrente da oferta do profissional de apoio poderá ser repassado para a família do estudante, em cláusula contratual.

53 Esse serviço é substitutivo do atendimento educacional especializado e se articula às atividades da aula comum e da sala de recursos multifuncionais e às demais atividades escolares.

54 A existência desse serviço justifica-se quando a necessidade específica do estudante não for atendida no contexto geral dos cuidados disponibilizados aos demais estudantes.

Considerando a definição de orientação como o processo cognitivo que permite estabelecer e atualizar a posição que se ocupa no espaço por meio da informação sensorial e a definição de mobilidade como a capacidade de deslocar-se de um lugar para outro, julgue os itens a seguir, acerca da orientação e mobilidade para estudantes com deficiência visual.

55 O guia vidente é qualquer pessoa que se disponha a auxiliar uma pessoa com deficiência visual durante um trajeto em ambientes abertos ou fechados.

56 O planejamento de técnicas de orientação e mobilidade atende exclusivamente aos cegos totais.

57 Autonomia e autoconfiança na integração social formam os pilares que sustentam a orientação e mobilidade, sendo fundamentais para os deficientes visuais.

58 O uso da bengala nos deslocamentos em ambientes abertos e fechados dispensa o domínio de técnicas para que os deslocamentos se façam com grande desenvoltura e segurança.

Com base na Resolução n.º 4/2009, que institui diretrizes operacionais para o atendimento educacional especializado na modalidade da educação especial na educação básica, julgue os itens subsequentes.

59 O atendimento educacional especializado tem caráter complementar e(ou) suplementar à formação do estudante.

60 O atendimento educacional especializado é realizado, prioritariamente, na sala de recursos multifuncionais da própria escola ou em outra escola de ensino regular, no turno de aula do estudante.

61 O documento da adequação curricular substitui o plano de atendimento educacional especializado.

Acerca de deficiência visual, julgue os itens seguintes.

62 Deficiência visual necessariamente implica a cegueira.

63 Deficiência visual é caracterizada pelo impedimento parcial ou total na capacidade da visão.

A respeito de deficiência intelectual, julgue os itens subsecutivos.

64 Deficiência intelectual pode ser classificada em leve, moderada, grave ou profunda.

65 O nível de prejuízo intelectual não pode ser indicativo de maior ou menor capacidade de aprendizagem.

66 Dificuldades de leitura e escrita, de cálculos, de pensamento abstrato, de funções executivas e memória de curto prazo caracterizam dificuldades no domínio conceitual da pessoa com deficiência intelectual de nível moderado.

67 Alcance limitado em habilidades conceituais, normalmente com pouca compreensão da linguagem escrita ou de números, caracteriza dificuldade no domínio conceitual da pessoa com deficiência intelectual de nível grave.

O desenvolvimento inclusivo das escolas assume a centralidade das políticas públicas para assegurar as condições de acesso, participação e aprendizagem de todos os alunos nas escolas regulares, em igualdade de condições. Tendo como referência a perspectiva da educação inclusiva, julgue o item que se segue.

68 A educação especial é definida como uma modalidade de ensino horizontal a todos os níveis, etapas e modalidades.

A definição proposta e o modelo teórico multidimensional da Associação Americana de Deficiência Intelectual e do Desenvolvimento — AADID (2002) explicam a deficiência mental segundo cinco dimensões, que envolvem aspectos relacionados à pessoa, ao seu funcionamento físico e social, ao contexto e aos sistemas de apoio. Acerca da avaliação segundo esses aspectos, julgue os itens a seguir.

69 A mensuração da inteligência, ainda muito relevante, é suficiente para o diagnóstico de deficiência mental.

70 O sistema de mensuração da inteligência de 2002 da AADID adota o valor do quociente de inteligência (QI) como índice de demarcação da avaliação intelectual.

71 Os critérios objetivos, próprios das medidas psicométricas e das escalas de mensuração, são suficientes para o diagnóstico de deficiência mental.

72 Os requisitos recomendados ao processo avaliativo da deficiência mental incluem a qualidade dos instrumentos de medida, a qualificação do avaliador e a seleção dos informantes.

Acerca do sorobã, julgue os itens que se seguem.

73 O sorobã pode ser usado por pessoas videntes.

74 Esse instrumento contribui para o aluno melhorar sua concentração e sua memória.

A respeito do atendimento educacional especializado para estudantes com transtorno global de desenvolvimento (TGD), julgue os itens a seguir.

75 Para o atendimento dos transtornos funcionais específicos, a educação especial atua de forma articulada com o ensino comum.

76 Alunos com TGD são exclusivamente aqueles com diagnóstico de autismo.

77 Alunos com TGD apresentam alterações qualitativas das interações sociais recíprocas e na comunicação, além de um repertório de interesses e atividades restrito, estereotipado e repetitivo.

78 O atendimento educacional especializado é um serviço de natureza pedagógica, conduzido por professor especializado, que suplementa, no caso dos estudantes com TGD, as orientações curriculares desenvolvidas em classes comuns em todas as etapas e modalidades da educação básica.

Espaço livre

No que se refere às deficiências intelectual, auditiva e visual e à surdez, julgue os itens que se seguem.

79 O atendimento educacional especializado para alunos surdos é ofertado somente na modalidade oral e pela língua de sinais.

80 No âmbito do atendimento educacional especializado, o professor, considerando a necessidade que alguns alunos podem demandar, pode criar estratégias avaliativas que incluam, por exemplo, a ampliação do tempo para eles realizarem trabalhos, o uso da língua de sinais, de textos em braile, de recursos informática ou de tecnologia assistiva como uma prática cotidiana.

81 Para os alunos surdos, a educação bilíngue (língua portuguesa e língua brasileira de sinais — LIBRAS) pauta-se no ensino da língua portuguesa como primeira língua na modalidade escrita.

82 A matrícula de estudantes com deficiência intelectual no atendimento educacional especializado não é condicionada a matrícula no ensino regular.

83 Alunos com deficiência têm impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.

84 O atendimento educacional especializado promove o ensino e o uso de recursos de tecnologia assistiva, tais como a comunicação alternativa e aumentativa, a informática acessível, o sorobã, recursos ópticos e não ópticos, *softwares* específicos, os códigos e as linguagens, as atividades de orientação e mobilidade.

Acerca do atendimento educacional especializado destinado aos estudantes com altas habilidades e superdotação, julgue os itens subsequentes.

85 Considera-se estudante com altas habilidades/superdotação apenas aquele que expresse potencial elevado na área intelectual.

86 Alunos com altas habilidades/superdotação apresentam grande criatividade, têm envolvimento na aprendizagem e realizam tarefas em áreas de seu interesse.

87 Atividades de enriquecimento destinadas aos estudantes com superdotação oportunizam o aprofundamento de seus conhecimentos em áreas específicas de interesse, criando situações de aprendizagem desafiadoras, desenvolvendo o pensamento crítico e reduzindo os riscos de desempenho acadêmico aquém do seu potencial.

88 A aceleração de ensino para atender necessidades educacionais especiais de alunos com superdotação é uma estratégia extinta da legislação educacional brasileira.

De acordo com os pressupostos relativos aos aspectos pedagógicos da escolarização dos estudantes alvo da educação especial, julgue os itens a seguir.

89 A parceria estabelecida entre família e escola favorece o desenvolvimento dos processos de ensino e aprendizagem dos alunos da educação especial e, nesse caso, as famílias podem participar da elaboração dos planos do atendimento educacional especializado.

90 Para planejar o atendimento a alunos da educação especial, primeiramente se devem identificar as causas, os diagnósticos e o prognóstico da suposta deficiência do aluno, para que sejam agrupados alunos com a mesma deficiência e, assim, seja oferecido um atendimento padronizado.

91 A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva orienta que os sistemas de ensino garantam o acesso dos alunos com deficiência ao ensino especial, com vistas à continuidade dos estudos até o ensino médio.

92 O atendimento educacional especializado deve ser realizado no mesmo turno da classe comum, na própria escola ou no centro especializado que realize esse serviço educacional.

93 O uso de tecnologia assistiva no espaço do atendimento educacional especializado visa à autonomia, à independência, à qualidade de vida e à inclusão social dos estudantes da educação especial.

94 Constitui atribuição do professor do atendimento educacional especializado acompanhar a funcionalidade e a aplicabilidade dos recursos pedagógicos e de acessibilidade na sala de aula comum do ensino regular, bem como em outros ambientes da escola.

Com relação às deficiências múltiplas e à surdocegueira, julgue os itens subsecutivos.

95 Estudantes surdocegos necessitam de recursos e metodologias que possibilitem a construção do conhecimento com a utilização dos sentidos remanescentes, tais como o cutâneo, o gustativo e o olfativo.

96 Para promover o desenvolvimento do aprendizado do estudante com deficiência múltipla, devem ser observados o nível de comprometimento e as possibilidades funcionais do estudante, de sua comunicação, de sua interação social e de aprendizagem, pois tais características determinam as necessidades educacionais do estudante.

97 A surdocegueira se refere apenas à soma das condições impostas pela surdez e pela cegueira.

A avaliação é um processo que permite rever metodologias e adequá-las às necessidades dos sujeitos em situação de ensino. Com relação à avaliação no contexto da educação inclusiva, julgue os itens a seguir.

98 A avaliação norteia e retroalimenta as decisões pedagógicas, porém é um aspecto secundário atrelado às adaptações curriculares na perspectiva da educação inclusiva.

99 Na educação inclusiva, a avaliação tem finalidade identificar, elaborar ou organizar os recursos pedagógicos e de acessibilidade com vistas à manutenção de barreiras específicas.

100 A avaliação, na perspectiva da educação inclusiva, deve considerar as necessidades heterogêneas de cada estudante e buscar padronizá-las, como forma de garantir um processo igualitário para todos.

101 A avaliação, na perspectiva da educação inclusiva, deve incluir e valorizar aspectos do repertório cultural, linguístico e social do sujeito, atribuindo importância a relatórios e pareceres que constituam a avaliação mais global do estudante.

102 Na educação inclusiva, a avaliação implica valorizar e conhecer as limitações, as competências construídas ao longo do processo de ensino, as potencialidades do sujeito e o contexto em que ele está inserido.

As concepções teóricas e as práticas pedagógicas são relevantes para a proposição de metodologias que visem ao atendimento das necessidades de aprendizagem. Com relação à função docente na avaliação no contexto da educação inclusiva, julgue os itens que se seguem.

103 Cabe ao professor construir um processo avaliativo com componentes que enriqueçam ou favoreçam a aprendizagem dos alunos, independentemente das especificidades de cada contexto ou sujeito específico.

104 São funções do docente o planejamento de metas a serem atingidas pelos estudantes e o estabelecimento de um projeto de referência no ensino, mediante a definição de metodologias de aprendizagem.

105 A função docente pode restringir ou ampliar a noção do professor como investigador do conhecimento, atribuindo-lhe, ainda, o papel de auxiliar na mediação dos processos de ensino e aprendizagem inclusivos.

106 As concepções de avaliação que o professor defende devem estar associadas às realidades e dinâmicas de sala de aula, adotando-se diferentes práticas avaliativas.

107 No processo de avaliação no contexto da educação inclusiva, o professor deve considerar como aspecto central o quanto o aluno conhece sobre os conteúdos ensinados, ou seja, o quanto o aluno aprendeu.

A avaliação, no contexto da escola inclusiva, é um processo estritamente relacionado a adaptações curriculares. A respeito dessa temática, julgue os itens seguintes.

108 Nesse contexto, as intervenções curriculares devem ser moldadas às carências dos alunos, considerando-se aquilo que precisam aprender e de que forma esse aprendizado pode ser politizado.

109 Avaliar pode ser um ato ético, político, epistêmico e educativo na escola inclusiva, o que significa que a avaliação é um processo que tem como principal agente o professor e que é centralizado nas suas estratégias pedagógicas.

110 As características específicas de alguns quadros de deficiência dificultam a avaliação pedagógica e o estabelecimento de adequações ou adaptações curriculares.

111 Tendo-se como parâmetro o currículo regular, é necessário exigir de diferentes sujeitos o mesmo desempenho, de forma que todos tenham a mesma oportunidade para aprender.

Tendo em vista que o erotismo, o desejo, a construção de gênero e as relações afetivas e sexuais são expressões potencialmente existentes em toda pessoa, julgue os itens a seguir, relativos à sexualidade da pessoa com deficiência.

112 As expressões da sexualidade são múltiplas, amplas e variadas tanto para deficientes quanto para não deficientes.

113 É possível determinar se a vida sexual e afetiva será satisfatória ou não ao longo da vida, em maior ou menor grau, para todos e, mais particularmente, para as pessoas com alguma deficiência.

114 A partir das limitações associadas ao tipo de deficiência, é possível definir as dificuldades que a pessoa com deficiência enfrentará no campo sexual e, nesse caso, elaborar formas de evitá-las.

115 É preconceituosa a ideia de que a sexualidade de pessoas com deficiência é sempre atípica e infeliz em virtude da concepção de que essas pessoas são incapazes e limitadas.

116 A sexualidade assim como a deficiência são fenômenos socialmente construídos e dependentes do momento histórico e cultural.

117 Apesar dos avanços nas políticas públicas, ainda são escassas iniciativas efetivas no sentido de incentivar a inserção afetiva e sexual de pessoas com deficiência.

118 O direito à educação, à saúde e à vida social de pessoas com deficiência deve incluir os limites e potenciais relacionados aos aspectos de sua sexualidade.

119 A vida sexual do indivíduo com deficiência possui um vínculo restrito ou inexistente com o rótulo que sua deficiência representa.

120 A desvantagem social atribuída às pessoas com deficiência não constitui obstáculo para a vida delas em sociedade nem para o desenvolvimento da sua afetividade e sexualidade.

Espaço livre